

MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL: NOVOS DESAFIOS À SUA ANÁLISE

*Teresa Pinto-Correia**

Introdução

As paisagens rurais europeias são hoje em dia espaços de mudança: espaços que têm vindo a registar ao longo das últimas décadas processos de transformação fundamentais, a um ritmo nunca experimentado antes. Estas transformações tomam direcções e intensidades variáveis, consoante as regiões em que ocorrem. Estão associadas às tendências nas actividades económicas: especialização e concentração do sector agrícola, e portanto também do uso do solo, e concentração de outras actividades; mas também a processos socio-económicos mais latos, que em conjunto resultam em fluxos e relocalizações de pessoas e actividades, sobretudo no sentido da concentração em áreas urbanas e de um crescente esvaziamento do espaço rural (Woods 2005).

Em simultâneo com estas mudanças, a procura de outros usos e funções da paisagem rural tem vindo a crescer, sobretudo nos últimos anos. De um espaço essencialmente de vida e de produção até há umas décadas atrás, as paisagens rurais europeias transformaram-se progressivamente em espaços de consumo

– mesmo se o padrão de uso do solo continua dominado pela agricultura. Fala-se assim em multifuncionalidade da paisagem, uma vez que às funções de produção, *commodity*, se juntam agora funções não directamente produtivas, *non-commodity* (OCDE 2001). Este processo de substituição continua a desenrolar-se, criando tensões, que revelam novas possibilidades, mas também novos conflitos e a necessidade de definir prioridades.

A complexidade dos vários factores a ter em conta para as paisagens rurais tem assim vindo a crescer. Este é um desafio à tomada de decisão e à gestão, desde a escala da unidade de exploração até à administração local e central. Mas é também um desafio para a análise e investigação, uma vez que se levantam novas questões, que por sua vez exigem novas pontes entre as disciplinas tradicionais, novas abordagens nas disciplinas envolvidas, assim como a aceitação de vários tipos de conhecimento. Tal como descrito por Nowotny et al (2004), estas são questões extremamente motivadoras para a investigação, mas levam a caminhos algo incertos, que se baseiam num questionar permanente sobre a validade dos modelos conceptuais, das abordagens metodológicas, e sobre a robustez da análise efectuada. No entanto, a procura de resultados socialmente relevantes

* Universidade de Évora, mtpc@uevora.pt.

exige esta nova forma de abordagem, que deve ainda ser continuamente desenvolvida, explorada e divulgada nos meios científicos adequados (Flyvbjerg 2001).

Assim, propõe-se como objectivo deste artigo, por um lado, a discussão do conceito de multifuncionalidade da paisagem, e de que forma deve ser entendido como conceito analítico. E por outro, um conjunto de reflexões, baseadas no conhecimento empírico de vários anos de estudo aplicado nesta área, sobre as novas abordagens de investigação necessárias à sua análise.

Multifuncionalidade da paisagem

A multifuncionalidade emergiu nos últimos anos na literatura como um conceito chave quanto ao sector agrícola e à paisagem rural. Esta emergência reflecte a transição, na compreensão do rural, do produtivismo ao pós-produtivismo (Wilson 2000), e a crescente procura social da paisagem rural.

Multifuncionalidade pode ser utilizado para caracterizar o sector primário e as externalidades que lhe estão associadas, mas também para caracterizar a paisagem *per se*, onde a agricultura define a estrutura de produção e assim também domina o uso do solo, mas outras funções, como conservação, qualidade de recursos naturais, recreio e lazer, preservação da identidade cultural, são asseguradas pelas várias unidades espaciais, separadamente ou combinadas num mosaico (Vejre e tal, 2006). Tal como afirma Clive Potter (2005), a definição de multifuncionalidade como um atributo do espaço rural, que pode ser explorada por múltiplos actores, é muito mais abrangente do que multifuncionalidade do sector agrícola. Baseia-se numa reinterpretação da contribuição da agricultura para o conjunto da paisagem, e na compreensão da mudança no papel dos chefes de exploração, que passam a integrar uma comu-

nidade mais vasta de «gestores da paisagem». A agricultura deixa de ser o sector que suporta a economia rural, para passar a ser a economia rural que fornece as bases de suporte da agricultura (Potter 2005).

Estes novos paradigmas estão de certa forma, mesmo que não explícita, relacionados com a suposição de que mais multifuncionalidade resulta em mais sustentabilidade, mesmo se raramente se torna clara a relação entre as duas (OCDE 2001). Pode levar a alguma confusão sobre o conteúdo de multifuncionalidade. É assim mais claro separar estes dois conceitos, tal como sugerido nos resultados do projecto europeu MULTAGRI (Cairol 2005), e considerar sustentabilidade como um conceito normativo e orientado para um objectivo, e multifuncionalidade como um conceito analítico ou positivo, sem valor atribuído, que descreve as características da paisagem e as funções que esta suporta (Cairol 2005, OECD 2001).

A utilização de multifuncionalidade como um conceito analítico significa a avaliação de que funções são suportadas por uma determinada paisagem, num determinado momento, e como se definem sinergias ou conflitos entre elas. As funções podem ser definidas como bens (amovíveis) ou serviços (não amovíveis), disponibilizados na paisagem, e que provêm às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo assim valorizadas pela sociedade (de Groot 2006). Algumas são privadas e comercializáveis, sobretudo os produtos, e são assim designadas por comodidades, *commodities*; mas a maioria dos serviços são públicos, para os quais não existem mercados ou estes não funcionam satisfatoriamente, e são por isso designados de amenidades, *non-commodities* (OCDE 2001; Wiggering e tal 2006).

O enquadramento conceptual da OCDE e a respectiva terminologia referem-se ao sector agrícola. Mas quanto à paisagem as mesmas questões se levantam: até ao presente, os siste-

Temas do ordenamento territorial

mas de uso do solo, determinados por interesses de produção, foram os motores da gestão da paisagem; esta gestão levou a características específicas de paisagem, que determinaram por sua vez muitas das outras funções. Nesta perspectiva, analisar a paisagem rural completa-se com, por um lado, a avaliação da procura de todos os tipos de funções, e por outro, a avaliação de como o uso do solo (através da agricultura ou outras actividades) afecta as várias funções e como elas se relacionam entre si (Wiggerings et al 2006). A avaliação da articulação entre funções, *jointness*, é neste âmbito fundamental, uma vez que define a forma como as funções da paisagem evoluem influenciadas umas pelas outras, e tem importantes implicações na formulação de políticas. E exprime também as interacções complexas que devem ser consideradas na análise, com a necessidade de consideração de cada vez mais factores para a compreensão da paisagem rural como um sistema dinâmico, e não menos para a construção de propostas para o seu desenho e gestão.

Novas abordagens

A revisão da literatura demonstra que as publicações sobre multifuncionalidade da paisagem são já variadas, mas sobre o procedimento que pode levar à identificação e avaliação das funções à escala da paisagem, e da relação entre elas, já a oferta é muito mais escassa (Wigering et al 2006). A necessidade de explorar e desenvolver novas abordagens é assim evidente.

Entre outros autores, Michel Jones (1991) distingue três grandes campos nos quais se podem «arrumar» as abordagens de análise da paisagem praticadas mais correntemente: a «científica», mais ligada às ciências naturais, onde a paisagem é vista como objectiva; a «aplicada», adaptada por ciências naturais e

sociais, onde a paisagem é vista como objectiva mas onde à partida se tomaram decisões sobre as componentes que são relevantes para a análise, e a «humanista», que se debruça sobre os aspectos subjectivos. Outras formas de classificação podem ser adoptadas. Mas independentemente desta classificação, cada uma das abordagens, por si só, não fornece o corpo teórico e conceptual requerido face às questões emergentes. O declínio do papel da produção e a crescente procura social da multifuncionalidade levantam questões que vão desde a qualidade ambiental ao património cultural, ou da sobrevivência das explorações agrícolas à nova definição e funcionamento das comunidades rurais, ou às novas procuras sociais do rural e o que determina essa procura, ou ainda ao valor económico que essas funções podem representar. E todas estas dimensões se reflectem na paisagem. As ciências que até agora têm estudado a paisagem rural, como a agronomia, a sociologia, economia rural, a antropologia, a ecologia e ecologia da paisagem, e evidentemente a geografia, têm-se focado em parte destes factores ou cadeia de factores, sem muitas vezes reconhecer ou sem pelo menos tornar explícitas as interrelações existentes (Cloke 1997; Murdoch and Pratt 1993; Woods 2005).

Numa abordagem que integre estas várias dimensões, a paisagem rural, à escala local, pode ser compreendida como o ponto de encontro entre dois tipos de eixos, ou duas dimensões, que se desenrolam a vários níveis ligados entre si: 1) uma composta pela integração entre a base física e biológica e a influência e construção humanas, ao longo do tempo, resultando na materialidade da paisagem, com as suas potencialidades e limitações, assim como no seu carácter, ou identidade; 2) e uma outra composta pela cadeia de relações socioeconómicas e condições culturais que determinam as decisões sobre a paisagem; este eixo contempla aspectos que vão desde a economia global e a procura social em geral, até às polí-

ticas e instrumentos de gestão, o contexto local e o perfil individual de quem toma decisões no quotidiano sobre a gestão ou sobre o uso da paisagem.

O que sugerimos é que parece haver espaço, e também necessidade, para uma abordagem à análise da paisagem que se centra na paisagem rural à escala local, reconhecendo uma importante componente contextual (Nowotny et al 2004). E que assim, em primeiro plano, analisa as características da paisagem, a sua complexidade e a sua dinâmica. E, em complemento, considera os dois eixos descritos acima. Segundo a questão de investigação que se coloca, a abordagem de análise será centrada mais num ou noutro nível e no conjunto de factores e relações causais correspondentes – sem que seja esquecido o sistema no seu conjunto. Desta forma, em cada caso deve ser posta em prática uma combinação específica de métodos, com base em desenvolvimentos metodológicos em cada um dos campos científicos envolvidos, mas também nos progressos registados nas abordagens integradas que se vão testando, e cujos resultados se verificam válidos e relevantes. O que se mantém como constante é a análise espacial e contextual da paisagem, como um ponto de partida da análise.

Reflexões finais

A paisagem rural portuguesa, na sua diversidade e variedade de processos de transformação, reflecte um mundo rural em mudança, e no qual se levantam várias das questões abordadas acima (Cavaco 1999) – nas várias regiões com diferentes combinações de potencialidades e ameaças. Os processos em curso, aos vários níveis, levam a que se percam algumas das paisagens existentes, apesar do valor positivo que lhes possa ser atribuído, mas também a que se criem novas paisagens, que

podem ter novos valores. E levam também a que se desenvolvam novas oportunidades para a sua gestão futura, tendo em conta as múltiplas funções que podem assegurar. Assim, os desafios à gestão futura da paisagem rural portuguesa são também desafios à investigação, que deve ser inovadora e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAIROL D. (Coord.) (2005), *Multifunctionality of Agriculture and Rural Areas: from trade negotiations to contributing to sustainable development. New Challenges for research*. Summary of main results of the European project Multagri, Sixth Framework Research Programme.
- CAVACO, C. (1999), «O mundo rural português: desafios e futuros?» in Cavaco, C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural, Desafio e Utopia*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50, pp. 135-148.
- CLOKE, P. (1997), «Country backwater to virtual village? Rural studies and the “cultural turn”», *Journal of Rural Studies*, 13:367-375.
- FLYVBJERG, B. (2001), *Making Social Science Matter: Why social inquiry fails and how it can succeed again*, Cambridge University Press, UK.
- MURDOCH, J. and PRATT, A. (1993), «Rural studies: modernism, post-modernism and the post-rural», *Journal of Rural Studies*, 9: 411-428.
- NOWOTNY, H., SCOTT, P. and GIBBONS, M. (2004), *Re-thinking Science – Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*, Polity Press, Cambridge.
- OECD (2001), *Multifunctionality, Towards an Analytical Framework. Organization for Economic Cooperation and Development*, Paris.
- POTTER, C. (2005), «Multifunctionality as an agricultural and rural policy concept», in Brouwer F.(Ed), *Sustaining Agriculture and the Rural Environment – Governance, Policy and Multifunctionality*, Cheltenham, Edward Elgar, p. 15-35.
- VEJRE, H.; ABILDTRUP, J.; ANDERSEN, E.; ANDERSEN, P.; BRANDT, J.; BUSCK, A.; DALGAARD, T.; HASLER, B.; HUUSOM, H.; KRISTENSEN, L.; KRISTENSEN, S. and PRAESTHOLM, S. (2006), *Multifunc-*

Temas do ordenamento territorial

tional Agriculture and multifunctional landscapes – land use as interface.

WIGGERING, H.; DALCHOW, C.; GLEMNITZ, M.; HELMING, K.; MULLER, K.; SCHULTZ, A.; STACHOW, U. and ZANDER, P. (2006), «Indicators for multifunctional land use – Linking socio-economic requirements with landscape potentials». *Ecological Indicators*, 6: 238-249.

WILSON, G. A. (2000), «From productivism to post-productivism...and back again? Exploring the un(changed) natural and mental landscapes of European agriculture». *Trans. Inst. Br. Geogr.*, 26: 77-102.

WOODS, M. (2005), *Rural Geography. Processes, Responses and Experiences in Rural Restructuring*, Sage Publications, London.